

POLÍTICAS PARA AS
MULHERES, GÊNERO E
SERVIÇO SOCIAL

Lourdes de Maria Leitão Nunes Rocha

Relevância da reflexão sobre a profissão de assistente social sob a ótica das relações de gênero

Veloso (2001) - dois motivos principais:

- 1º - a formação e o exercício profissional ocorrem no seio de relações sociais que constituem e são constituídas por relações de gênero;
- 2º - o Serviço Social historicamente, é reconhecido como uma profissão majoritariamente feminina, sendo o gênero um dos componentes fundamentais na construção da identidade profissional.

Gênero e o processo de institucionalização do Serviço Social

- Grande presença de mulheres, desde a sua institucionalização → profissão denominada “feminina”.
- A constituição da identidade profissional tem sido fortemente assinalada pelo gênero: a profissão tem gênero.
- Como afirma Louro (1995) em relação às instituições: o Serviço Social expressa as concepções de gênero de nossa sociedade

Presença hegemônica de mulheres quando da institucionalização do Serviço Social

- Este fato possui um valor fundamental, pois demonstra que *conjugou-se o gênero à institucionalização do Serviço Social*. As mulheres preencheram o Serviço Social e trouxeram consigo valores, formas de se relacionar com o mundo, atributos e qualidades, demandados pelos grupos dominantes que necessitavam dos serviços desta profissão que ora se iniciava. Este conjunto de fatores conferiu à profissão de Serviço Social uma imagem bem próxima à imagem que se tinha da “Mulher”. (VELOSO, 2001)

Concepção da profissão e o exercício profissional influenciados pelo viés conservador:

- Mulheres, assistentes sociais estavam distantes, ou eram mesmo contrárias, aos movimentos feministas.
- Inexistência no interior da profissão do debate sobre questões relativas à condição feminina e à organização social de gênero.
- A assistente social continuava exercendo os papéis ditos femininos de assistir, educar e preservar a moral e a ordem vigente.
- Formação profissional da assistente social contribuía para consolidar um perfil profissional ajustado ao processo de socialização da mulher, segundo os modelos da Igreja Católica e das relações desiguais de gênero existentes

- Conciliação do papel da mulher de mãe e dona-de-casa, com a necessidade de sua profissionalização, através do incentivo à opção pelas “profissões femininas”.



“Escolarização do doméstico”, “ou seja, um processo de transformação dos conhecimentos, habilidades e atitudes da mulher no interior do lar em ‘saberes escolares’”. Louro (1995),

englobava não apenas o “fazer”

contribuía também para o desenvolvimento de um “ethos” profissional: “um ‘jeito de ser’, um conjunto de atitudes e valores que se constituíam no ideal de mulher que então ali se perseguia”.

Serviço Social Tradicional:

- “dimensão cultural conservadora adquire significados específicos quando se refere à socialização das mulheres, em determinados contextos favorecedores de sua discriminação”.(BARROCO, 1996).
- Formação acadêmica possuía um forte apelo à formação moral das alunas, com conseqüências para a sua socialização como mulheres e para a intervenção profissional.
- A “moralidade” feminina difundida pelo catolicismo, pelo positivismo e pelo conservadorismo se baseava em valores, virtudes e condutas que reproduziam a visão tradicional de família e de mulher, reafirmando os papéis que lhes foram socialmente atribuídos.

Identidade socialmente construída da mulher assistente social –elemento do ethos tradicional do Serviço Social

- Profissão exercida por vocação e pondo em prática “qualidades inatas” de sua “natureza” feminina (BARROCO, 1996).



“a marca feminina” do/a profissional” se revela:

- “no reforço instaurado, principalmente, no sentido da missão, da vocação de servir, que impregnou historicamente o Serviço Social (...);
- na apreensão moralizadora dos problemas sociais, a qual se concretiza, em sua origem principalmente, numa ‘missão’ (prática) também moralizadora junto às classes subalternas (...);
- na visão praticista, empirista e carente de elaboração teórica da profissão (...);
- na sua responsabilidade, durante décadas, por uma falta de vigor na organização da categoria (...)”. Heckert (1991).

SERVIÇO SOCIAL - “carreira feminina” :

Conseqüências

- a baixa remuneração
 - o desprestígio social
 - a baixa qualificação e
 - a subalternidade profissional diante de outras profissões,
- expressando as determinações postas pela divisão sexual do trabalho e pela organização social de gênero

SERVIÇO SOCIAL:

Tentativa de ruptura com o ethos tradicional

- “supõe a construção de um papel social negador da subalternidade ‘feminina’ e valorizador do trabalho enquanto práxis”.

Possibilidades colocadas em especial pelo movimento feminista

- “alargam-se as bases sociais de emancipação da mulher; sua inserção no trabalho, na educação superior, na vida pública e na defesa de direitos sociais e políticos. Com isso, se configura uma determinada intervenção ético-moral, dada pela recusa dos papéis tradicionalmente definidos como “femininos”, o que implica na desvalorização da subalternidade e passividade imprimidas ao papel da mulher na sociedade”. (BARROCO)

A “intenção de ruptura” e o desafio da problematização das relações de gênero

- Mudanças morais e rompimento com o ethos tradicional.
- Contudo, a teorização e a reflexão ética não acompanharam essas transformações.

BARROCO (1996): uma das temáticas não problematizadas e debatidas é a questão de gênero e suas implicações para a construção do ethos de ruptura, no que se refere:

→ aos profissionais (“carreira feminina”)

→ ao exercício da profissão (usuárias: mulheres que vivenciam inúmeras situações de discriminação, desrespeito e violência à sua cidadania e/ou questões que envolvem reflexões e decisões ético-morais).

- A expansão do movimento feminista no Brasil, em termos da ação política e da produção de conhecimento → um dos fatores determinantes da aproximação do Serviço Social à questão de gênero.
- Assistentes sociais feministas elegeram também como espaço de luta, a profissão, demonstrando a necessidade da incorporação da ótica de gênero
 - na formação acadêmica;
 - na capacitação continuada;
 - na pesquisa;
 - na prática institucionalizada e
 - na prática organizativa.

- Conquista e avanço: a a direção social do atual Código de Ética Profissional do Assistente Social.
- “Opção por um projeto profissional vinculado ao processo de construção de uma nova ordem societária, sem dominação-exploração de classe, etnia e gênero”.

Gênero e o trabalho da/o assistente social

- Usuários/as – especificidades: sexo, raça/etnia, classe social, idade, orientação sexual, local de moradia, orientação sexual, deficiência. Sujeitos múltiplos

- Políticas Públicas:

Transversalidade de gênero, raça/etnia

Intersetorialidade

Pergunta Chave:

- Modificam-se as condições de vida das mulheres e melhora-se a sua condição de autonomia e empoderamento?

TRANSVERSALIDADE DE GÊNERO

- “A transversalidade de gênero consiste na reorganização, melhoria, desenvolvimento e avaliação de processos de decisão em todas as áreas políticas e de trabalho de uma organização”.
- “O objetivo da transversalidade de gênero é incorporar a perspectiva das relações existentes entre os sexos em todos os processos de decisão e fazer que todos os processos de decisão sejam úteis à igualdade de oportunidades” (gênero). (Stiegler , 2003 apud Bandeira, 2005).
- Não existem áreas nas políticas públicas desvinculadas da questão de gênero.
- Objetivo: eliminar todas as formas de desigualdades entre os sexos nas políticas públicas.

- Por transversalidade de gênero nas políticas públicas entende-se a idéia de elaborar uma matriz que permita orientar uma nova visão de competências (políticas, institucionais e administrativas) e uma responsabilização dos agentes públicos em relação à superação das assimetrias de gênero, nas e entre as distintas esferas do governo. Esta transversalidade garantiria uma ação integrada e sustentável entre as diversas instâncias governamentais e, conseqüentemente, o aumento da eficácia das políticas públicas, assegurando uma governabilidade mais democrática e inclusiva em relação às mulheres. (Bandeira, 2005)

Transversalidade de Gênero é mais que:

Um órgão executivo de políticas para mulheres criar programas e ações junto a outras secretarias

É:

- Passar a ser nomeada nos documentos;
- Conseguir que as mulheres organizadas participem das definições e proposições de políticas públicas – usufruir de maior cota de poder na esfera política;
- Ser assimilada por todas as políticas públicas desenvolvidas em cada área governamental, considerando as especificidades das mulheres e dos homens.

Plataforma de Ação de Beijing e Beijing + 5

- Governos nacionais – antes de adotar decisões sobre políticas governamentais analisar suas repercussões na vida das mulheres e dos homens.
- Transversalidade de Gênero – estratégia básica de promoção da equidade
- Políticas para as mulheres não é sinônimo de políticas para equidade

Equidade

- – o acesso de todas as pessoas aos direitos universais deve ser garantido com ações de caráter universal, mas também por ações específicas e afirmativas voltadas aos grupos historicamente discriminados. Tratar desigualmente os desiguais, buscando-se a justiça social, requer pleno reconhecimento das necessidades próprias dos diferentes grupos de mulheres.(Princípio da PNPM)

Equidade entre os gêneros: significa imparcialidade e justiça na distribuição de benefícios e responsabilidades entre os dois gêneros.

Tratar da mesma maneira os que são iguais e de maneira diferente os que não são.

Igualdade - inclui a utopia da abolição das hierarquias. - Transformação

Equidade – melhoria – tende a privilegiar a satisfação das necessidades das mulheres tais como elas emergem de sua posição de dominadas (na divisão sexual do trabalho, a dependência) (Varikas)

Políticas Públicas de Gênero não é sinônimo de Políticas para Mulheres

- Diversidade dos processos de socialização para homens e mulheres e suas consequências nas relações individuais e coletivas.
- Natureza dos conflitos e negociações nas relações interpessoais.
- Dimensão da subjetividade feminina.
- Perspectiva relacional das políticas públicas
- Práticas e rotinas com novos procedimentos – instituições inclusivas, questionadoras
- Centralidade no feminino enquanto parte da reprodução social
- Centralidade na mulher e na família
- Políticas públicas – responsabilidade feminina, manutenção da família e não necessariamente a autonomia e empoderamento da mulher.
- Atendem demandas das mulheres, sem ruptura com as visões tradicionais do feminino.

Modelo de gestão transversal

- Um dos grandes desafios da administração pública
- Tem como característica principal a “articulação horizontal e não hierárquica, buscando influenciar o desenho, a formulação, a execução e a avaliação do conjunto das políticas públicas”.

Intersetorialidade

- “[...] a articulação de saberes e experiências no planejamento, na realização e na avaliação de ações, com o objetivo de alcançar resultados integrados em situações complexas visando um efeito sinérgico no desenvolvimento social”. (Junqueira *apud* Westphal; Mendes (2000, p. 55)
- Sinérgico – adj. Relativo a sinergia, que significa ato ou esforço simultâneo na realização de uma função (BUENO, 1996, p. 608)
- Fonseca (2005) – “nova” estratégia - atender o/a cidadão/ã de forma mais completa - tratar suas necessidades como elas se apresentam na sua totalidade. Superar a fragmentação das políticas públicas. Exige vontade política: desafio para sua efetivação.

- No processo de implementação - risco de enfrentar problemas gerenciais.
- [...] os governos, especialmente os municipais, têm decidido sobre suas políticas fundamentais quase sempre de uma forma segmentada, setorializada, utilizando um conjunto de organizações - secretarias, departamentos, autarquias, fundações e empresas públicas – através das quais exercem o seu poder de regulação e prestam serviços à sociedade. A maioria das estruturas organizacionais municipais reforça a fragmentação das políticas, pois apresenta-se com um formato piramidal, com vários escalões ou áreas de especialização (WESTPHAL; MENDES, 2000, p.53).

- Atuação intersetorial -mudanças nas práticas e na cultura organizacional. Precisa da articulação de todos, dentro e fora da administração do município.
- Instituições - Resistência às mudanças - receio da perda de sua autonomia.

Competição em vez de Cooperação: orçamento, importância, especificidade dos setores.

- “Não é apenas a complexidade dos problemas que impõem a necessidade de ações intersetoriais. Trata-se da busca de uma articulação do fazer e está associada à vinculação, à reciprocidade e complementaridade na ação humana, e aquilo que caracteriza a intersetorialidade é a possibilidade de síntese, dada pela intersubjetividade e o diálogo” (WESTPHAL apud MENDES, 2003, p 54).

- Exige diálogo: para planejar conjuntamente - analisar a realidade sobre a qual se quer intervir, escolher estratégias e implementar modelo para diminuir as desigualdades.
- Conceito de intersetorialidade - relacionado com a noção de conhecimento profissional.
- Interdisciplinaridade:
[...] promove a troca de informações de conhecimentos entre disciplinas, mas fundamentalmente, transfere métodos de uma disciplina para outra. [...] Corresponde a um espectro mais ampliado de ação, alcançando um processo de integração entre disciplinas capaz de promover a conjunção de conhecimentos que elevem os níveis de saber. (Rodrigues, 2000, p.127)

- [...] o esforço de se estabelecer processos de políticas públicas intersetoriais, tem que lidar com uma tensão decorrente do modo pelo qual os atores de diferentes setores, ou atores, com diferentes visões sobre um mesmo problema dentro de um mesmo setor, se relacionam.[...] isto significa, que um processo intersetorial deve ter não só o esforço de trabalhar de modo integrado, diferentes conhecimentos, algo por si só difícil, mas também levar em conta como se dá o relacionamento entre profissionais de diferentes formações, entre estes os burocratas, os políticos e os cidadãos. (CKAGNAZAROFF; MOTA 200?, p.18)

